



MULHERES DIGITAIS: Letramento Digital para Inclusão Social e Autonomia - Um relato de experiência

Isabelle S. L. PRATESI¹; Daniela A. G. DIAS²

RESUMO

Este artigo apresenta o relato de uma experiência de capacitação em informática básica voltada a mulheres em situação de violência doméstica, realizada em parceria com a Casa da Mulher Maria Nazaré da Silva. A iniciativa teve como foco o letramento digital como instrumento de autonomia e empoderamento feminino. São discutidos os desafios enfrentados pelas participantes, como o primeiro contato com dispositivos tecnológicos, e os avanços observados, incluindo o fortalecimento da autoconfiança e das habilidades digitais. A experiência evidenciou a importância de ambientes acolhedores e estratégias pedagógicas adaptativas para a promoção da inclusão digital.

Palavras-chave:

Violência doméstica; Empoderamento feminino; Educação tecnológica; Vulnerabilidade social.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata-se de um relato de experiência, que, segundo Severino (2017), descreve e analisa uma prática realizada em um contexto específico, com o objetivo de compartilhar aprendizados e reflexões. Nesse sentido, apresenta-se um projeto de capacitação em informática básica, desenvolvido em parceria com a Casa da Mulher Maria Nazaré da Silva, espaço de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica. A ação teve como foco o letramento digital, uma estratégia fundamental para o fortalecimento da autonomia feminina, ao proporcionar habilidades que ampliam suas oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência doméstica é um fenômeno de grande relevância e preocupação social, caracterizado por agressões que podem variar desde atos físicos, como tapas e socos, até formas de violência psicológica, como insultos e humilhações (GOMES, 2007; OLIVEIRA, 2008). Além de comprometer a saúde física e emocional das vítimas, essa violência afeta significativamente sua inserção no mercado de trabalho. Tolman e Wang (2005) destacam que a exposição à violência compromete a estabilidade profissional das mulheres, seja por faltas recorrentes ou pelo baixo desempenho, o que contribui para a manutenção da dependência econômica e a dificuldade de romper com o ciclo de violência.

¹Discente da Lato Sensu - Pós Graduação em Informática na Educação, IFSULDEMINAS - Campus Machado. E-mail: isabelleslp77@gmail.com.

²Orientador, IFSULDEMINAS - Campus Machado. E-mail: daniela.dias@ifsuldeminas.edu.br.

Segundo Rifiotis (2004), essa dinâmica está intrinsecamente associada às hierarquias de gênero historicamente construídas, que sustentam relações de poder assimétricas e favorecem a dominação masculina.

No Brasil, políticas públicas como a Lei Maria da Penha³ (BRASIL, 2006) e a Lei do Feminicídio⁴ (BRASIL, 2015) representam avanços significativos no enfrentamento da violência contra as mulheres. No entanto, como aponta Conjur (2024), sua efetividade ainda é limitada por deficiências estruturais, como a escassez de recursos e a falta de políticas complementares que garantam um atendimento eficaz às vítimas.

Nesse contexto, investir em capacitação tecnológica para mulheres em situação de violência doméstica contribui não apenas para sua ascensão profissional, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (XAVIER, 2021). Essa proposta ultrapassa o uso técnico de ferramentas, promovendo habilidades críticas para o uso autônomo da informação. Assim, consolida o letramento digital como chave na superação das desigualdades de gênero.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O projeto “Mulheres Digitais” foi desenvolvido em parceria com a Casa da Mulher Maria Nazaré da Silva, localizada em Machado-MG. A instituição oferece acolhimento e suporte a mulheres em situação de violência doméstica. A iniciativa foi contemplada no Edital 15/2024 - Fomento Interno para Projetos de Extensão⁵, recebendo nota 99,5/100, o que possibilitou sua implementação como parte do programa de apoio da instituição.

A seleção das participantes foi conduzida pela própria Casa da Mulher, priorizando mulheres atendidas pelo serviço e com interesse em tecnologia. O curso ofertou 20 vagas, preenchidas por mulheres com idades entre 18 e 61 anos, sendo a maioria trabalhadoras domésticas e costureiras. As candidatas preencheram um formulário contendo questões sobre idade, e familiaridade com tecnologia, o que subsidiou a personalização do material didático.

A capacitação teve carga horária total de 80 horas, distribuídas em encontros semanais aos sábados, entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025. As aulas ocorreram em dois turnos (matutino e vespertino), e foram ministradas pela autora deste trabalho, com o apoio de duas bolsistas

³ Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006: Legislação brasileira que cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de proteção e punição aos agressores.

⁴ Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015: Lei que classifica o feminicídio como uma forma de homicídio qualificado, ocorrendo quando o crime é motivado pelo fato de a vítima ser mulher, em razão de desigualdade de gênero.

⁵ Edital 15/2024 - Fomento Interno para Projetos de Extensão, disponível em:

<https://portal.mch.if sulde minas.edu.br/editais-de-projeto/editais-projeto-abertos/4149-edital-n-015-2024-selecao-de-projetos-de-extensao-fomento-interno>

selecionadas por meio de entrevista. As monitoras atuaram no suporte individualizado às alunas, contribuindo para a superação de dificuldades de aprendizagem. O projeto contou ainda com a orientação de uma professora responsável.

O conteúdo programático foi dividido em seis módulos principais: Acessibilidade e Ergonomia; Tecnologia e suas Possibilidades; Sistema Operacional Windows; Uso de Navegadores para Pesquisa; Comunicações Online; e Uso de Softwares de Escritório e Reuniões Remotas. O material didático foi elaborado especificamente para o projeto, com linguagem acessível, fonte ampliada, imagens ilustrativas e espaços para anotações.

As aulas contemplaram desde o uso básico do computador até a produção de textos, planilhas, apresentações e participação em reuniões virtuais. A metodologia incluiu atividades práticas, jogos educativos (como o "TypingClub⁶"), dinâmicas lúdicas (como a simulação do armazenamento em nuvem), e uma aula prática final, com todas as alunas conectadas a uma videoconferência, simulando uma reunião remota.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a capacitação, diversos desafios foram identificados, sobretudo em relação ao primeiro contato das participantes com o computador. Muitas nunca haviam utilizado dispositivos como mouse e teclado, o que gerou insegurança e dificuldades iniciais. A digitação também se mostrou um obstáculo, exigindo adaptações ergonômicas e práticas contínuas. Outro ponto importante foi a necessidade de equilibrar o conteúdo para alunas com diferentes níveis de familiaridade com a tecnologia, respeitando o ritmo de aprendizagem individual.

Apesar das dificuldades iniciais, observou-se um avanço significativo nas habilidades digitais das participantes. Com o tempo, elas passaram a utilizar o computador com mais autonomia e segurança. A colaboração entre as alunas foi um elemento fundamental para o progresso coletivo, fortalecendo os vínculos e promovendo um ambiente solidário e acolhedor. Além da assimilação técnica, o projeto gerou impactos positivos na autoestima e na autoconfiança das mulheres, reforçando o papel do letramento digital como ferramenta de inclusão social e empoderamento.

5. CONCLUSÃO

A experiência com o projeto Mulheres Digitais evidenciou a potência transformadora do letramento digital na vida de mulheres em situação de violência. Superando medos e inseguranças iniciais, as participantes demonstraram avanços significativos, tanto no domínio das tecnologias quanto no fortalecimento de sua autoconfiança. A construção coletiva do aprendizado, aliada a um ambiente acolhedor, revelou-se fundamental para o sucesso da capacitação. Essa vivência reforça a

⁶ Disponível em: <https://www.typingclub.com/>

importância de políticas públicas e iniciativas que promovam a inclusão digital como caminho para a autonomia e o empoderamento feminino.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Cida, e à minha irmã, Hayla, por todo o apoio ao longo do projeto. Aos amigos e professores que me incentivaram nessa trajetória. À Cristiane Barbosa, por inspirar e impulsionar esta iniciativa. E meu sincero agradecimento à professora Daniela Dias, por orientar cada etapa do projeto com sensibilidade. Agradeço também o companheirismo de Gabrieli Diniz e Letícia Isabela de Carvalho. Por fim, minha mais profunda gratidão às minhas alunas, cuja confiança e dedicação deram sentido a tudo.

REFERÊNCIAS

CONJUR. Falta de políticas públicas em defesa da mulher compromete efetividade da Lei Maria da Penha. 10 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2024-agosto-10/falta-de-politicas-publicas-em-defesa-da-mulher-compromete-efetividade-da-lei-maria-da-penha/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2025.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ARAÚJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias de gênero e geração. Acta Paulista de Enfermagem, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/RG45btYr33PhBZfGPWzsFpB/?lang=pt&format=html>> Acesso em: 12 de agosto de 2024.

OLIVEIRA, A. R.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. (2008). Violência de gênero contra trabalhadoras de enfermagem em hospital geral de São Paulo (SP). Revista Saúde Pública, 42 (5). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/5v8hwwhKJyvkhPXKWnm36Ch/?lang=pt&format=html>> Acesso em: 12 de agosto de 2024.

RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a «judiciarização» dos conflitos conjugais. Sociedade e Estado, v. 19, p. 85-119, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/gxbM4S8hXnWkXZ9vv4fY3cN/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 24 de janeiro de 2025.

SEVERINO, A. J. (2017). Metodologia do trabalho científico. Cortez editora. Disponível em: <<https://books.google.com.br>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.

TOLMAN,R.M.; WANG,H.C.Domestic violence and women's employment: Fixed effects models of three waves of women's employment study data. American journal of community psychology, Springer, v. 36, n. 1, p. 147–158, 2005. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10464-005-6239-0>> Acesso em: 12 de agosto de 2024.

XAVIER, M. V. R. T. (2021). Mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA): um olhar sobre o empoderamento das mulheres entre 40 e 60 anos. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20583>> Acesso em: 12 de agosto de 2024.